

nstech S.A. CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42												
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)												
Balancos Patrimoniais				Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido								
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora			Consolidado			
		2025	2024	2025	2024	Capital social	Reserva de capital	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido total	
Circulante						Capital social	Reserva de capital	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas				
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.759	6.557	191.992	144.607	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	
Contas a receber	7	-	-	233.358	196.108	69.394	(12.618)	643.380	471.437	698	23.836	
Estoques		-	-	904	1.464							
Impostos a recuperar	8	1.932	2.498	7.274	19.989							
Adiantamentos	9	220	15	4.694	8.896							
Despesas antecipadas		675	4	9.058	6.096							
Outros ativos		-	-	6.012	7.801							
		22.586	9.074	453.292	384.961							
Não circulante												
Aplicação financeira		-	-	821	849							
Partes relacionadas		5.898	544	12	66							
Depósitos judiciais	19	-	-	2.919	1.255							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	138	-	2.117	15.443							
Outros ativos		-	-	184	359							
Investimentos	10	1.348.443	1.259.794	619	2.753							
Direito de uso	11	-	-	15.882	21.138							
Imobilizado	12	-	-	25.660	25.632							
Intangível	13	16.943	25.067	1.355.434	1.318.314							
		1.371.422	1.285.405	1.403.650	1.385.809							
Total do ativo		1.394.008	1.294.479	1.856.940	1.770.770							
Passivo												
Circulante												
Fornecedores	14	831	255	63.328	50.842							
Contas a pagar de combinação de negócios	15	-	-	39.101	80.439							
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	94.232	26.534							
Passivos de arrendamentos	11	-	-	3.859	7.886							
Salários e encargos a pagar	17	-	-	89.972	79.558							
Impostos e contribuições a recolher	8	16	7	12.801	12.780							
Outras contas a pagar	18	21.020	66.535	62.280	78.505							
		21.867	66.797	365.573	336.544							
Não circulante												
Contas a pagar de combinação de negócios	15	-	-	60.399	59.025							
Partes relacionadas		1.080	1.083	-	-							
Empréstimos e financiamentos	16	35.027	-	49.438	88.786							
Passivos de arrendamentos	11	-	-	14.201	15.114							
Obrigações tributárias	18	-	-	1.955	2.871							
Provisão de contingências	9	-	-	9.911	14.288							
IRPJ e CSLL diferidos	20	5.758	8.440	-	28.484							
Dividendos a pagar	18	97.780	-	98.981	7.105							
Outras contas a pagar	18	-	-	20.942	7.015							
		139.645	9.523	255.827	215.673							
Total do passivo e patrimônio líquido		1.232.496	1.218.159	1.235.537	1.218.553							
		1.394.008	1.294.479	1.856.940	1.770.770							

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

I. Contexto operacional – A nstech S.A. (“nstech”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo. A nstech e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) atuam no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de soluções tecnológicas voltadas à gestão, integração e monitoramento do transporte de cargas. O modelo de negócios do Grupo é predominantemente estruturado em receitas recorrentes oriundas de contratos de licenciamento de software (SaaS), bem como receitas transacionais e de serviços tecnológicos associados. As soluções do Grupo incluem funcionalidades de gestão de transporte (TMS), monitoramento e gerenciamento de riscos, compliance e processamento de transações, disponibilizadas por meio de arquitetura tecnológica modular, com integração entre sistemas e compartilhamento estruturado de dados. A Companhia vem avançando em um processo contínuo de integração tecnológica e padronização de suas soluções no âmbito de iniciativa estratégica denominada TNS – Transportation Network System, que tem por objetivo estruturar um ambiente digital integrado para conexão dos participantes da cadeia logística. O Grupo atua principalmente no Brasil e mantém presença internacional, incluindo a controlada Log Risk, S. de L.V. de C.V., no México, observando as práticas de governança corporativa e conformidade regulatória aplicáveis às jurisdições em que opera. A estratégia operacional contempla a integração progressiva das soluções adquiridas, padronização das bases de dados e modernização da infraestrutura tecnológica, com foco em eficiência operacional e escalabilidade. **Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 – Combinações de negócios:** As aquisições descritas abaixo estão alinhadas à estratégia de expansão do portfólio de soluções e fortalecimento da atuação do Grupo no setor de tecnologia aplicada ao transporte e logística. **(i) Aquisição de controle da Gasola Serviços de Internet S.A. (“Gasola”):** Em 30 de junho de 2025, a controlada Bunny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 100% das ações da Gasola Serviços de Internet S.A., tendo o fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Gasola atua no desenvolvimento, exploração, licenciamento e comercialização de software para gestão e automatização de abastecimento de combustíveis. **(ii) Aquisição de controle da Runtec Informática Ltda. (“Runtec”):** Em 30 de outubro de 2025, a controlada Bunny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição de 100% das quotas da Runtec Informática Ltda., com fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Runtec atua no desenvolvimento, exploração e comercialização de softwares voltados ao monitoramento da cadeia logística de entregas. **Reorganização societária:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas reorganizações societárias entre entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, com o objetivo de simplificação estrutural, redução de custos administrativos e ganho de eficiência operacional. O critério utilizado para avaliação das entidades incorporadas foi o valor contábil do patrimônio líquido, conforme registrado nos balanços patrimoniais levantados na data-base indicada nos respectivos Laudos de Avaliação, aprovados nas alterações contratuais correspondentes. **(i) Incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda.:** Em 31 de março de 2025, foi aprovada a incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R\$ 1.146, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. **(ii) Incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda.:** Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R\$ 15.896, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. **(iii) Incorporação da GBM Malha Norte Ltda., GBM Malha Sul Ltda.:** Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da GBM Malha Norte Ltda. e da GBM Malha Sul Ltda., que apresentavam, respectivamente, patrimônio líquido de R\$ 320 e R\$ 385 na data-base do laudo de avaliação, sendo a GBM Consultoria e Tecnologia Ltda. a incorporadora. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que estabeleceu a regulamentação inicial da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo instituiu um Imposto sobre Valor Agregado repartido (“IVA dual”), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência subnacional, os quais substituirão tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo (“IS”), aplicável a bens e serviços definidos em lei. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026, com período de transição em que coexistirão o sistema atual e o novo modelo. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e monitora eventuais impactos à medida que as normas se tornem suficientemente detalhadas para mensuração. Com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram reconhecidos efeitos nos relatórios individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2025. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em 21 de novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade do Grupo. As principais práticas contábeis (Nota 2.5) aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 07

Demonstrações do Resultado do Exercício

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	1.155.978	952.467
Custo dos serviços prestados	24	-	(403.821)	(340.187)
Lucro bruto			752.157	612.280
Despesas operacionais				
Despesas com vendas e marketing	24	(16)	(159.784)	(35.343)
Despesas administrativas	24	(907)	(193.650)	(259.147)
Amortização de ativos-aquisições	24	(8.124)	(62.146)	(113.488)
Outras despesas, líquidas	24	1	(2.473)	(17.308)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	24	-	(172.280)	(145.226)
Resultado de equivalência patrimonial	10	118.980	12.498	162.239
Lucro operacional			109.949	516
Receita financeira	25	1.259	7.081	30.642
Despesas financeiras	25	(1.140)	(650)	(53.300)
Lucro antes do IRPJ e CSLL			110.068	6.947
IRPJ e CSLL correntes	20	-	(249)	(40.598)
IRPJ e CSLL diferidos	20	2.821	2.781	15.635
Lucro líquido do exercício			112.889	9.480
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			112.889	9.480
Não controladores			-	1.447
			112.889	9.480
Quantidade de ações em milhares			68.922	70.124
Quantidade média de ações em milhares			69.624	69.650
Lucro por ação em Reais (básico e diluído)			1,55	0,18

Demonstrações do Resultado Abrangente

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício			112.889	9.480
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior			864	134
Ajustes de avaliação patrimonial			-	-
Aquisição de participação de acionista minoritário			-	12.261
Instrumento patrimonial de combinação de negócios			-	61.679
Total de outros resultados abrangentes do exercício			113.752	83.554

de abril de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos gerados em transações de combinações de negócios e instrumentos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto operações de arrendamento mercantil e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar ou valor em uso. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base na sua respectiva moeda funcional, que é o Real. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer outra moeda que não a moeda funcional (R\$), são registradas às taxas de câmbio vigentes na data da transação. No final de cada exercício, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes no final do exercício. Itens não monetários registrados pelo valor justo denominado em moeda estrangeira são convertidos às taxas vigentes na data na qual o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transação. Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica, Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **2.5 Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações nos elementos de controle mencionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	110.068	6.947	139.298	26.435
Ajustes ao lucro				
Depreciações	12	-	-	9.199
Amortizações	13	8.124	8.318	83.168
Amortizações de direito de uso	11	-	-	8.168
Baixa do ativo imobilizado e intangível	12/13	-	-	46.916
Provisão para contingências	19	-	-	(4.377)
Perdas (ganhos) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	9.718
Impairment	13	-	-	54.956
Juros sobre contratos de arrendamentos	11	-	-	2.135
Juros passivos sobre contratos de empréstimos	16	(414)	-	17.083
Juros passivos s/ combinação de negócios	15	-	-	17.415
Perda remensuração de investimentos em aquisição de controladas (ágio)	10	-	-	24.416
Perda em operação de swap	-	-	-	(1.831)
Equivalência patrimonial	10	(118.980)	(12.498)	(162)
Variações nos ativos:				
Contas a receber	7	-	-	(46.968)
Partes Relacionadas		(5.357)	(470)	54
Estoques		-	-	560
Impostos a recuperar	8	566	(462)	12.716
Adiantamentos	9	(204)	(15)	4.202
Despesas antecipadas		(671)	244	(2.962)
Depósitos judiciais	19	-	-	(1.664)
Outros ativos		-	-	7.205
Variações nos passivos:				
Fornecedores	14	576	221	12.432
Partes relacionadas		-	-	(8)
Salários e encargos a pagar	17	-	-	9.107
Obrigações tributárias	20	(130)	(80)	(21.331)
Outros passivos	18	(42.195)	(8.066)	(24.157)
Total		(48.618)	(5.861)	229.008
IRPJ e CSLL pagos	16	-	-	(12.501)
Pagamentos de juros sobre empréstimos		-	(248)	(20.001)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais das atividades de investimento		(48.618)	(6.109)	196.506
Caixa inicial decorrente da combinação de negócios		-	-	18.495
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	-	-	(75.643)
Aquisição de participação de controladas	15	-	-	(90.153)
Aplicações financeiras		-	-	28
Recebimento de dividendos		76.891	98.056	-
Aumento de capital em controladas		-	(26.087)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	21	(46.426)	(32.127)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento das atividades de financiamento		30.466	39.842	(147.273)
captação de empréstimos e financiamentos	16	35.027	-	45.027
Pagamento de empréstimos e financiamentos				

... continuação

nstech S.A.

Estrutura Organizacional (Controladas)	Denominação	Atividade principal	Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
GBM Logística Sudeste Ltda.	GBM Logística	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
GBM Malha Norte Ltda. (a)	GBM Malha Norte	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
GBM Malha Sul Ltda. (b)	GBM Malha Sul	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Gridnet Tecnologia Ltda.	Gridnet	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Hivelog Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	Hivelog	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
KMM Soluções Tecnológicas S.A.	KMM	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Log Risk, S. de L.V. de C.V.	Log Risk	Gerenciamento de riscos	Indireta	100,00%
Log one Tecnologia da Informação Ltda. (e)	Log one	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda.	NS Kote	Marketplace	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Qual Portal de Internet Ltda.	Qualp	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
RoutEasy Serviços de Assessoria Logística S.A.	RoutEasy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Signa Consultoria e Sistemas Ltda.	Signa	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Techchapeco Sistemas Ltda.	Multisoftware	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
nstech IP Instituição de Pagamento S.A.	nstech IP	Pagamento eletrônico (e-frete)	Indireta	93,87%
Gasola Serviços de Internet S.A. (c)	Gasola	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
Runtec Informática Ltda. (f)	Runtec	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%
lamtech Tecnologia da Informação Ltda.	lamtech	Averbação eletrônica	Indireta	50%

(a) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Norte Ltda. (b) Na mesma data, 30 de junho de 2025, a nstech, também por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Sul Ltda. (c) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Bunny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Gasola Serviços de Internet S.A. (d) Em 31 de maio de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Atua Sistemas Ltda. (e) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Log One Tecnologia Ltda. (f) Em 31 de outubro de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Bunny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Runtec Informática Ltda. (g) A Frete Rápido Desenvolvimento De Tecnologia Logística S.A., do qual a nstech exerceu, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o direito de opção de compra da participação societária de out os outros acionistas no percentual de 40%, adicionada com a opção exercida no exercício de 2024, totalizando então, 70%, o que a coloca na condição de controlada. O valor da opção exercida totaliza R\$ 7,5. **2.6 Resumo das principais políticas contábeis:**

a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros: Classificação: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divergências adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes – Nota 7. • Perda por redução do valor recuperável (impairment) – Nota 13. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia, para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incorrível, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no mesmo grupo de contas. Uma análise da idade do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser dada ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuem contas a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, como também quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de gerenciar sua exposição aos riscos de mercado, especialmente aqueles decorrentes de variações nas taxas de juros e de câmbio. Esses instrumentos incluem, quando aplicável, contratos de câmbio a termo, opções e swaps, sendo que, de forma geral, o Grupo opera com derivativos do tipo swap relacionados a operações de natureza 4131, sem a aplicação de contabilidade de hedge (hedge accounting). Os instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data de contratação e, subsequentemente, remensurados ao valor justo ao final de cada período de reporte. As variações no valor justo, influenciadas principalmente por mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e demais variáveis de mercado, são reconhecidas diretamente no resultado do período. O valor justo dos derivativos reflete, entre outros fatores, a marcação a mercado (mark-to-market) desses instrumentos na data-base das demonstrações financeiras. Os derivativos com valor justo positivo são reconhecidos como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são reconhecidos como passivos financeiros. A baixa desses instrumentos ocorre quando os direitos contratuais expiram ou quando os contratos são liquidados. Para fins de apresentação, os derivativos são classificados como ativos ou passivos circulantes ou não circulantes com base no prazo remanescente de vencimento. São classificados como não circulantes aqueles com liquidação prevista superior a 12 meses e para os quais não se espera realização ou liquidação no curto prazo; os demais são classificados no circulante. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, devido às estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva original. **d) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na

os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 10 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano. As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. Para os ativos não financeiros, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data e balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuiram. Se houver tal indicação, a companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por impairment foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado um impairment, nas demonstrações financeiras consolidadas, devido ao valor recuperável menor que o valor contábil do ágio registrado na aquisição da nstech IP, identificado através do teste de impairment anual. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **j) Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para reestruturação compreendendo multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **k) Combinação de negócios:** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (compra vantajosa). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e que se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **l) Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Receita de risk monitoring e background check:** As receitas de risk monitoring e background check compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento, que se transferem aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes às notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita fintech:** As receitas auferidas pela controlada IPC Administração SA: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e Supply Chain e • Plataforma online de formação logística. **m) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **n) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, para o imposto de renda e 5% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se às alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (i.e., diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, enquanto os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos são reconhecidos na medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. O ativo fiscal diferido é inte-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

nstech S.A.

gralmente apresentado no ativo não circulante, independente da expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo valor líquido. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social de determinadas controladas, que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de receita	% presumido
Serviços	32%
Vendas	8%
Receitas financeiras	100%
Outras receitas	100%

A Log Risk, sediada no México, possui dois tipos de impostos: o imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. **2.6.1 Adoção de normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas: 2.6.1.1 Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025:** No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board - IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21	Alterações no tratamento nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.	01/01/2025
Alterações ao CPC 37 (R1)/IFRS 1	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao ICP 09 (R3)/IAS 27/28/IFRS 10/11	Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e método de equivalência patrimonial.	01/01/2025
Alterações ao OCP 10	OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	01/01/2025

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações apresentadas nestas demonstrações financeiras. **2.6.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alteração aos CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 (R1)/IFRS 7	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
Alteração à IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	01/01/2027
Alteração ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras	01/01/2027

Atualmente, a Administração está efetuando uma avaliação dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Estimativas e premissas contábeis significativas** - A Companhia segue os preceitos estabelecidos no IAS 8 como base para a elaboração de suas políticas contábeis, assim como métricas de mercado, seja por meio de dados públicos, como índices divulgados por órgãos de relevância, incluindo o Banco Central (BACEN), B3, Receita Federal e demais institutos ou autarquias cuja relevância e credibilidade é amplamente reconhecida pelo mercado. Adicionalmente, para temas cujos modelos precisam ser elaborados, a nstech utiliza benchmarking de mercado, dentro da indústria na qual atua, ou ainda, através da literatura técnica disponível, o que se incluem artigos técnicos publicados sobre o crivo de Instituições reconhecidas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são os seguintes: **a) Mensuração dos instrumentos financeiros:** O Grupo mensura seus ativos financeiros ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de "inputs" que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na Nota 4, são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido com base em dados observáveis em mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia. Quando possível, os dados utilizados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para determinar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. **b) Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes:** O Grupo, para as contas a receber de clientes, reconhece o montante financeiro, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 7. **c) Determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem a experiência histórica e as expectativas sobre o futuro das condições do setor de construção civil no Brasil e no exterior e das suas operações. O Grupo calcula a depreciação utilizando o método linear. Ao final do exercício, a Companhia revisou as vidas úteis estimadas (Nota 2.6e) dos itens significativos do ativo imobilizado, e não identificou mudanças significativas. **d) Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. **e) Determinação da taxa de desconto incremental utilizada na mensuração das obrigações com arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem uma informação da taxa de juros implícita no arrendamento. As taxas de desconto incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda a estrutura de capital da Companhia e as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato. **f) Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** Quando aplicável, as provisões para perdas em processos judiciais contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada possível ou remota. Uma provisão para perda em processos judiciais é reconhecida quando a perda for considerada provável e o montante puder ser confiavelmente estimado. Processos judiciais e outras obrigações similares serão liquidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Normalmente, a ocorrência desses eventos não é de controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a uma variedade de graus de incerteza legal e interpretativa, requerendo que a Administração faça estimativas significativas e exerça julgamentos. **g) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia. As divulgações associadas a estes temas estão incluídas na Nota 15. **h) Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar:** O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucros tributários futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributários suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 20).

Diretoria		Contador
Vasco Carvalho Oliveira Neto - Diretor Presidente	Eduardo Romeu Ferraz - Diretor Financeiro	Rodrigo Moralez - CRC SP 244.417/0-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **nstech S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da nstech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na audito-

ria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2026.

PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 000.160/0-5

Sérgio Eduardo Zamora Contador CRC 1SP 168.728/0-4

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

